

Linhas de inquirição: extraíndo informações prejudiciais em entrevistas policiais investigativas com suspeitos na Inglaterra

Fábio Ferraz de Almeida

FGV Direito São Paulo, Brasil

10.21747/21833745/lanlaw/6_2a4

Abstract. *In this paper, I focus on showing some features of police questioning in England by describing and analysing episodes in which lines of questioning are constructed by police officers. I show that in the interviewing model adopted by the police in England, the officers' agenda is not to explicitly look for a confession when questioning suspected criminals. Nonetheless, they are still able to elicit information which may undermine the suspects' version of events. The data consisted of an audio-recorded investigative interview with a teenage suspect accused of having assaulted a colleague in England. This interview has been transcribed and examined using the tools of Conversation Analysis. The paper is organised into two sections: in the first one, I describe how questions in police investigative interviews have a progressive character, i.e. they gradually move from what appears to be an innocent, innocuous or neutral topic to a point at which the police officer reveals – or at least makes more visible to the suspect and therefore for the analyst – his/her project. In the second section, I connect the progressivity of these questions to what seems to be a key project in most of these lines of questioning, that is, police officers are oriented to elicit information from the suspect and build some sort of inconsistency between the evidence they have already collected and what has been stated by the suspect in the interview.*

Keywords: *Police interviews, line of questioning, suspects, conversation analysis.*

Resumo. *O objetivo deste artigo é examinar algumas características da inquirição policial de suspeitos na Inglaterra, descrevendo e analisando episódios em que linhas de inquirição são construídas pelos policiais. No modelo de inquirição adotado pela polícia na Inglaterra, o plano desses profissionais, ao fazer perguntas aos suspeitos, não é procurar explicitamente uma confissão. No entanto, os policiais ainda são capazes de obter informações que podem prejudicar a versão dos fatos oferecida pelos depoentes. Os dados analisados consistem no áudio de uma entrevista policial investigativa com uma adolescente suspeita de agredir uma colega de escola na Inglaterra. A gravação foi transcrita e analisada com base na*

Análise da Conversa. O artigo está organizado em duas partes: na primeira, descrevo como as perguntas nessas interações têm um caráter progressivo, ou seja, elas gradualmente se movem do que parece ser uma questão inocente, inócua ou neutra para um ponto em que o policial revela – ou pelo menos torna mais visível para o suspeito e, portanto, para o pesquisador – o seu objetivo. Na segunda parte, estabeleço uma conexão entre a progressividade dessas questões e o que parece ser um objetivo-chave na maioria dessas linhas de inquirição, qual seja, que os policiais são orientados a extrair informações do suspeito a fim de construir algum tipo de inconsistência entre as provas que eles já coletaram e o que é declarado pelo suspeito na entrevista.

Palavras-chave: *Entrevista policial, linhas de inquirição, suspeitos, Análise da Conversa.*

Introdução

O debate sobre práticas de inquirição policial tem ganhado notoriedade no contexto brasileiro. Em uma recente série de matérias publicada pelo website de notícias G1, foram divulgadas estatísticas mostrando que 31% dos suspeitos detidos pela polícia dizem ter sofrido algum tipo de agressão, a maioria delas feitas por policiais ou outros agentes de segurança pública¹. As matérias relatam ainda algumas iniciativas independentes para a implementação de novas práticas de inquirição policial no Brasil e apontam para o modelo inglês como uma referência a ser estudada e, eventualmente, seguida².

Embora exista uma extensa literatura sobre as práticas de inquirição policial no Reino Unido, esses trabalhos ainda não são completamente acessíveis ao público lusófono, dada à escassez de traduções na área. Um dos objetivos deste texto é, portanto, disponibilizar ao leitor lusófono, em particular, ao público brasileiro, uma amostra de como as inquirições policiais são efetivamente produzidas no contexto inglês, e proporcionar aos pesquisadores interessados no estudo da fala-em-interação em instituições policiais, uma oportunidade para construir uma agenda de pesquisa comparativa entre Brasil/Portugal e Reino Unido.

A inquirição policial na Inglaterra tem mudado significativamente nas últimas três décadas. Até o meio da década de 80, a inquirição de suspeitos seguia um modelo muito similar ao utilizado nos Estados Unidos, onde policiais ainda são treinados em métodos para *interrogar* pessoas como parte de suas investigações. O modelo norte-americano para inquirir supostos criminosos consiste em conduzir uma investigação preliminar para identificar possíveis suspeitos e depois interrogá-los usando técnicas acusatórias³ para, se possível, provocar uma confissão (Dixon, 2010). Usando o que se denomina como “Reid Technique”, o investigador começa a pressionar o suspeito, criando um ambiente de ansiedade que facilita a extração de uma confissão (Leo, 2008). Nos EUA, então, os policiais planejam suas ações para garantir uma confissão e, portanto, a prática interacional recebe o nome de “interrogatório policial”. As confissões estão, portanto, no cerne da prática policial no sistema de justiça criminal norte-americano e têm sido objeto de considerável interesse entre acadêmicos de diferentes áreas das ciências sociais (Feld, 2006; Shuy, 1998). Esses estudos, no entanto, estão fundamentalmente preocupados com a legalidade de tais confissões; seus autores pressupõem a existência de provas falsas ou verdadeiras *a priori*, e de que o uso daquelas produzirá falsas confissões e, portanto, erros judiciais.

Embora um modelo semelhante de interrogatório policial, focado na tentativa de obter confissões de suspeitos, também orientasse a prática policial na Inglaterra e no País de Gales, uma série de mudanças legislativas foi implementada no final dos anos 80 e início dos anos 90, o que resultou em objetivos e estilos muito diferentes de inquirição. Esses novos dispositivos normativos incluíam a implementação do *Police and Criminal Evidence Act 1984* (PACE), um conjunto de normas relacionadas aos direitos humanos e às formas pelas quais os cidadãos deveriam ser tratados sob custódia. Trata-se de um modelo que estabelece e circunscreve os poderes da polícia e elabora um código de conduta para seus profissionais (Carter, 2011). Entre as principais modificações realizadas pelo PACE estão: a) a introdução do direito à assessoria jurídica gratuita; b) a introdução do gravador e a gravação rotineira de todas as entrevistas como meio de fornecer um registro do que foi dito durante as interações entre suspeitos e policiais; e c) as inquirições da polícia passaram a ser conhecidos como *entrevistas investigativas* e não *interrogatórios*.

As entrevistas investigativas são concebidas de forma bastante diferente dos interrogatórios policiais, uma vez que seguem uma estrutura particular desenvolvida na década de 1990, conhecida como modelo PEACE. De acordo com esse modelo, as entrevistas devem estar organizadas em torno das seguintes etapas: preparação e planejamento; envolver e explicar; relatar, esclarecer e contestar; fechamento; e avaliação⁴ (Griffiths e Milne, 2006). Diferente dos interrogatórios, a inquirição por meio das entrevistas investigativas é concebida como “investigativa e não acusatória: os policiais são advertidos contra presumir a culpa do suspeito e são encorajados a investigar com a mente aberta” (Dixon, 2010: 429)⁵. Nessas entrevistas, o principal trabalho dos policiais seria extrair do suspeito um relato do que aconteceu e, em seguida, testá-lo considerando todas as outras provas coletadas ao longo da investigação, por exemplo, depoimentos de vítimas e testemunhas, imagem de câmeras de circuito fechado de televisão, etc. Nesse sentido, a entrevista investigativa se diferiria do interrogatório quanto ao seu objetivo principal, já que na primeira o foco está na coleta de informações e não na obtenção de uma confissão do suspeito.

Do ponto de vista interacional, todas essas mudanças sugerem que o contexto em que uma entrevista investigativa ocorre é muito menos acusatório do que aquele em que acontecem os interrogatórios. Isso parece ser corroborado pelo fato de que os policiais devem, pelo menos em princípio, evitar, tanto quanto possível, o uso de perguntas dirigidas e fechadas, e.g. perguntas do tipo sim/não, especialmente na fase inicial dessas entrevistas.

Entretanto, embora os policiais na Inglaterra, enquanto conduzem suas entrevistas com suspeitos, não busquem explicitamente uma confissão, eles podem – e certamente irão – construir *linhas de inquirição* (Atkinson e Drew, 1979; Drew, 1992) para testar as narrativas, as alegações e as explicações oferecidas pelo suspeito, de maneira a obter informações que sejam prejudiciais à versão dele. E, mais importante, os policiais procuram administrar a inquirição de tal maneira que as informações prejudiciais, por assim dizer, saiam da boca do suspeito ou sejam atestadas por este.

O objetivo deste artigo é apresentar algumas das características particulares das entrevistas policiais investigativas na Inglaterra. Para tanto, irei descrever e analisar episódios em que *linhas de inquirição* são construídas por policiais ao entrevistarem os suspeitos. O texto está organizado em duas partes: na primeira, mostrarei como as perguntas nas entrevistas investigativas têm caráter progressivo; elas movem-se gradualmente da-

quilo que parece ser uma pergunta inocente e neutra até um ponto em que o policial revela – ou pelo menos torna mais visível para o suspeito e, portanto, para o pesquisador – o seu objetivo. Na segunda parte, relacionarei a progressividade das perguntas policiais ao que parece ser o objetivo na maioria dessas linhas de inquirição, isto é, que os policiais orientam-se a extrair informações do suspeito a fim de criar algum tipo de inconsistência entre provas já coletadas pela polícia e o que é declarado pelo suspeito em determinado momento na entrevista.

Dados e metodologia

Este artigo baseia-se na análise fina de uma entrevista policial investigativa na Inglaterra. Esta foi gravada em áudio como parte de um procedimento policial padrão e selecionada a partir de um corpus maior (122 entrevistas) coletado originalmente no decorrer de um projeto sobre identidades em disputas entre vizinhos, coordenado por Stokoe e Edwards (*ESRC grant number RES-148-25-0010 “Identities in neighbor discourse: community, conflict and exclusion”*). Alguns estudos baseados nesse conjunto total de dados foram publicados anteriormente, e.g. Edwards e Stokoe (2011) e Stokoe e Edwards (2008). Todos os nomes e quaisquer outras informações de identificação foram retiradas dos áudios e das respectivas transcrições. Essas gravações foram transcritas em detalhes consideráveis, usando as convenções de transcrição da Análise da Conversa (doravante AC) (Jefferson, 2004) (ver Anexo A). Em seguida, as transcrições utilizadas neste texto foram traduzidas para o português com o intuito de disponibilizá-las para o público lusófono. De todo modo, as transcrições em inglês, a língua original, estão disponíveis ao final do texto (Anexo B).

As gravações coletadas são de casos em que os suspeitos foram detidos por seu susposto envolvimento em crimes de menor potencial ofensivo, que vão desde comportamento ameaçador, assédio e violação de condições de fiança, até danos criminais, furto e agressão. Esses crimes são particularmente relevantes para a fabricação do direito-em-ação em nossa sociedade pois representam o trabalho mais comum e mundano no contexto do sistema de justiça criminal na Inglaterra. Por fabricação do direito-em-ação, refiro-me ao processo pelo qual narrativas leigas são preservadas, deletadas e transformadas a fim de adquirirem uma roupagem jurídica (Ferraz de Almeida, 2018: 77–108).

A AC foi utilizada para analisar os dados, com o objetivo de “descobrir e explicar as práticas através das quais os interagentes produzem e compreendem a fala” (Drew, 2005: 75). A AC é uma abordagem de pesquisa empírica e indutiva que utiliza dados naturalísticos para identificar e descrever as práticas usadas pelos participantes na conversa em interação. A abordagem tem como premissa a conexão entre *ação social* (isto é, quando as pessoas falam, estão fazendo coisas; por exemplo, acusando, culpando, explicando, etc.), *desenho de turno* (ou seja, as ações são projetadas de uma maneira particular) e *sequencialidade* (as ações não são realizadas isoladamente). Nesses desenhos de turno e sequências, pode-se identificar certos padrões. Nesses padrões, isto é, onde, quando e como essas ações são produzidas, devem ser encontradas as práticas comunicativas pelas quais certas interações são realizadas (Drew, 2005). Por exemplo, os policiais fazem uso de práticas comunicativas para obter informações relevantes dos suspeitos e para explorar e testar até que ponto essas informações são juridicamente adequadas. Esta abordagem qualitativa e micro-analítica tem sido empregada em pesquisas sobre uma variedade de contextos policiais e jurídicos (Atkinson e Drew, 1979; David *et al.*, 2018; Drew, 1992; Komter, 2019; Matoesian, 2001; Maynard, 1984).

Progressividade da inquirição

Como Atkinson e Drew (1979) demonstraram, perguntar e responder é a maneira mais básica de caracterizar as ações que ocorrem nas interações em contextos jurídicos. No entanto, esses pares de perguntas e respostas são projetados para executar outras ações – e podem ser entendidos como tais pelos destinatários e, portanto, pelo pesquisador. Os policiais podem então projetar suas ações como “perguntas” e, assim, evitar serem vistos como persecutores de um plano próprio ou de serem parciais. Afinal de contas, pelo menos em teoria, as entrevistas investigativas não devem ser acusatórias ou hostis como acontece na inquirição nos interrogatórios. A tarefa dos policiais nas entrevistas é descobrir “o que realmente aconteceu” e decidir, dentro do prazo de vinte quatro horas, se acusam formalmente ou liberam o suspeito⁶.

Antes de apresentar os dados e a análise deles, é importante definir os termos “objetivo” e “plano”. Um plano é algo que abrange toda a entrevista ou pelo menos uma fase inteira dela, enquanto um objetivo é algo mais específico. Em outras palavras, pode-se dizer que um policial tem vários objetivos ao longo de uma entrevista investigativa (por exemplo, construir uma inconsistência no depoimento do suspeito) para concluir um plano específico (por exemplo, reunir material suficiente para denunciar o suspeito).

O trecho a seguir foi retirado de uma entrevista policial em que a suspeita (S) é uma adolescente investigada por ter supostamente agredido outra garota no caminho da escola até sua casa. A entrevista é conduzida por uma policial (P1) e um policial (P2), e tem ainda a presença da mãe da suspeita, que não se manifesta nos excertos aqui analisados. Até então, na entrevista, a adolescente suspeita havia construído uma versão na qual o incidente começara como resultado de um acidente – ela tropeçara e derramara um pouco de refrigerante na suposta vítima – e foi a vítima quem, de fato, iniciou a briga ao virar-se e empurrá-la, projetando um soco logo em sequência. Em termos jurídicos, então, a suspeita tenta descrever sua conduta inicial como não intencional, e construir uma narrativa na qual suas ações poderiam ser caracterizadas como “legítima defesa”.

Excerto 1

1 P1: °Okei°.hh você pode uhm(.)>apenas me diga também nas suas
2 próprias palavras< o que você estava vestindo aquele dia quando
3 você estava caminhando para casa,
4 S: Eu estava [vestindo-
5 P1: [De cima pra baixo, >o que você estava vestindo nos
6 seus pés também<
7 (0.8)
8 S: Eu tava vestindo uma bandana(1.2)uma saia, uma blusa e uma saia-
9 isso (.) uma saia (.) uma blusa e botas winklepickers.
10 (3.0) (som de tomada de notas)
11 P1: Okei. Com-essas botas são, você está dizendo winklepickers certo=
12 S: =()elas eram (.) tipo sapatos (.) sapatos abertos.
13 (0.6)
14 S: Desses pontiagudos=
15 P1: =Então eles eram sapatos pontiagudos, certo?
16 S: Isso.
17 (1.4)
18 P1: °Okei então°
19 (5.6) ((som de tomada de notas))
20 Okei.
21 Você em algum momento lembra de(0.3)erm (.)<chutar a Maureen>?

Em seus turnos de fala anteriores ao excerto 1, a suspeita havia explicitamente declarado que não havia ido ao local onde ocorreu o incidente com a intenção de agredir a suposta vítima. O excerto acima começa com P1 confirmando reconhecer essa informação (“Okei”, linha 1), seguido por uma pergunta aparentemente neutra e inocente sobre o que a suspeita estava a usar no momento do incidente (linhas 1-3, “você pode uhm apenas me diga também nas suas próprias palavras o que você estava vestindo naquele dia quando você estava caminhando para casa”). Esta pergunta é relativamente aberta e encoraja a suspeita a fornecer uma resposta na qual ela pode descrever qualquer peça de roupa referente a qualquer parte de seu corpo (como uma camiseta, um vestido, sapatos ou um chapéu), nenhum dos quais inicialmente indicaria algo prejudicial à sua narrativa porquanto são objetos que normalmente não estão relacionados a delitos ou aos seus componentes analíticos (por exemplo, *actus reus* e *mens rea*⁷).

Enquanto a suspeita está respondendo à pergunta inicial (linha 4, “Eu estava vestindo”), um dos policiais (P1) começa a falar em sobreposição a ela, adicionando um incremento à pergunta, primeiramente detalhando o fato de que a descrição da suspeita deveria seguir uma ordem específica (linha 5, “De cima para baixo”) e, em seguida, especificando a parte do corpo a qual a peça de vestuário deveria fazer referência (linhas 5-6, “o que você estava vestindo nos seus pés também”). O fato de esse incremento ser produzido em sobreposição, quando o suspeito já começara a descrever o que estava vestindo, realça sua importância (para mais informações sobre a prática de reparos, incluindo in-

crementos, ver Drew, 2013. A sobreposição indica as peças ou itens de vestuário sobre os quais P1 está particularmente interessada, o que indica que ela começa a revelar o seu objetivo – ela parece interessada em extrair algum tipo de informação da suspeita referente ao tipo de item que ela usava em seus pés no momento do incidente investigado. Este objetivo se torna ainda mais visível em seu turno seguinte. Após a resposta da suspeita nas linhas 8 e 9, quando ela lista uma série de itens usados por ela naquele dia (“Eu estava vestindo uma bandana, uma saia, uma blusa e uma saia– isso uma saia uma blusa e botas winklepickers.”), há um intervalo de três segundos quando ouve-se apenas um dos policiais na sala tomando notas – provavelmente referentes às informações que acabaram de ser fornecidas pela suspeita no turno anterior. Após esse intervalo, P1 começa a projetar seu turno com o que parecia ser outra pergunta aberta (“como”), mas rapidamente abandona esta construção e reformula sua fala, transformando-a numa questão polar sobre o último item na descrição fornecida pela suspeita: botas winklepickers (linha 11, “essas botas são, você está dizendo winklepickers certo”). Ao fazê-lo, P1 restringe as opções de resposta disponíveis para a suspeita e reelabora a pergunta de modo a obter uma confirmação (Schegloff, 2007), a fim de prosseguir para a próxima pergunta.

Depois de receber uma resposta da suspeita nas linhas 12-13, caracterizando o objeto como ‘sapatos abertos’ e acrescentando que eles eram pontiagudos, P1 rapidamente pede confirmação em relação às informações fornecidas pela suspeita em seu turno anterior (sapatos pontiagudos). A relevância desta informação torna-se evidente quando os policiais obtêm a confirmação de que os sapatos eram pontiagudos e um deles começa a tomar notas sobre essa caracterização (linha 19). Sua importância também é perceptível já que P1 não faz mais perguntas sobre o objeto em particular, e muda o tópico da conversa e passa a perguntar sobre as ações empreendidas pela suspeita. Em outras palavras, ao garantir a caracterização do objeto usado no incidente, a policial pode voltar a falar sobre as ações, nesse caso, o chute (linha 21, “Você em algum momento lembra de chutar a Maureen?”).

Ao olhar para o trecho anterior, pode-se perceber como as perguntas feitas por P1 mudam gradualmente seu formato: enquanto a pergunta inicial é relativamente aberta e sem restrições (linhas 1-3), e oferece grande amplitude à suspeita para desenvolver sua resposta, as perguntas seguintes são desenhadas de modo completamente diferente, pois restringem as opções de respostas apropriadas (linhas 5-6; 11; 15) a serem produzidas pelo respondente. Esse tipo de progressividade sugere que a policial tem um objetivo que é gradualmente revelado quando as perguntas são colocadas à suspeita, embora este objetivo não esteja claro desde o início do trecho. O excerto seguinte é a continuação da mesma entrevista:

Excerto 2

22 S: Sim eu me lembro.
23 (0.3)
24 P1: >Onde mais ou menos você a chutou?<
25 (0.2)
26 S: Eu não faço ideia.
27 (0.6)
28 P1: Você a chutou no estômago, no peito, nas costas,
29 (0.2)
30 S: Eu não faço ideia porque ela estav- ela estava(.)se agarrando
31 em mim e eu estava caída,.hh e- e el- ela estava tipo- eu acho
32 que ela se ajoelhando de alguma maneira (.) e ela tava tipo
33 puxand- puxando minha blusa pra baixo,(0.2).hh ela tava tipo
34 me puxando, me arrastando (.) .hh e eu só me lembro de chutá-la-
35 Eu não(0.2)me lembro exatamente onde, porque ela tava tipo(0.5)
36 agachada então [eu não sei.
37 P1: [Okei .hhh das lesões que nós vimos na Mauree:n,
38 (0.5)
39 P1: >você sabe-você lembra que ela permaneceu no hospital
40 durante noite [não sabe.
41 S: [(°Sim°)=
42 P1: =Okei.hh a razão pela qual Maureen estava no hospital foi porque
43 recebeu um severo chute (.) nas costas, hhh o que causou ehmm
44 (.) algumas(.) lesões em seus rins e na hora da agressão,
45 ela de fato se molhou(0.6)e isso na verdade indica- Eu quero dizer
46 >Eu não sou especialista em medicina nem nada< mas isso indica que
47 Ela recebeu um severo chute nas costas.(0.5).hh lesão nos seus
48 rins e para o hospital ter mantido ela durante a noite(0.5)para
49 observação, e ela também fez eh(0.3)uma tomografia computadorizada
50 (0.4) para monitorar seus rins. (0.6) então obviamente ela deve
51 ter tomado um b- baita chute nas costas=

Neste ponto da entrevista, o que era visto como uma linha neutra de inquirição começa a projetar-se para questões bastante relevantes para decidir se o incidente foi apenas um desentendimento desencadeado acidentalmente, ou um ataque deliberadamente cometido (“mens rea”) pela suspeita. Em relação à progressividade, vale a pena comparar como os turnos de fala nas linhas 24 e 28 são desenhados diferentemente com relação ao seu nível de restrição. Depois de obter uma resposta positiva sobre se a suspeita se lembrava de ter chutado a vítima (linha 22), P1 formula seu próximo turno colocando uma pergunta bastante aberta à suspeita sobre o local em que ela acertara a vítima com seus chutes (“Onde mais ou menos você a chutou?”, linha 24). A suspeita responde então, exibindo sua defensividade, i.e. afirmando que ela não lembrava onde havia chutado a vítima durante o incidente (linha 26, “Eu não faço ideia”). Ao alegar na entrevista não

saber onde atingira a suposta vítima, a suspeita é também capaz de mostrar que ela não levou em conta esses detalhes no momento do incidente. Ser incapaz de lembrar tais detalhes é exibi-los como sendo imperceptíveis à época do ocorrido para o tipo de participante que ela era (Drew, 1992), ou seja, alguém que não estava procurando uma briga e apenas defendera-se após ser agredida.

Além disso, há dois pontos relevantes nessa sequência para a discussão neste texto: 1) como P1 trata essa resposta; 2) como a suspeita responde a esse tratamento de P1. Mesmo que P1 pudesse ter perguntado à suspeita por que ela não fazia ideia de onde atingira a vítima, ou simplesmente mudado o tópico da entrevista, ela persistiu em sua linha de inquirição e reelaborou sua pergunta, reformulando-a enquanto uma pergunta polar na qual as respostas possíveis estão contidas no próprio enunciado da questão.

Ao fazer isso, P1 trata a resposta da suspeita como insatisfatória e exhibe seu ceticismo diante de tal narrativa. Quando se depara com uma versão reformulada da pergunta, a suspeita insiste em dizer que não sabe onde chutou a vítima (“Eu não tenho ideia porque...”, linhas 30 em diante). Ao fazê-lo, a suspeita parece antecipar que a informação que lhe é solicitada, ou seja, a parte do corpo em que chutou a vítima, acabará por prejudicar seu depoimento. Sua resposta é capaz de impedir ou obstruir a linha de inquirição projetada por P1. Em outras palavras, “não ter ideia” pode ser usado como um dispositivo para evitar a confirmação de informações prejudiciais ou potencialmente prejudiciais (Drew, 1992: 481). Além desse dispositivo defensivo, que já havia sido empregado anteriormente (linha 26), desta vez a suspeita oferece uma explicação para não se não lembrar do local onde chutara a suposta vítima (linhas 30-36). Ao oferecer essa explicação, ela coloca suas ações, i.e. chutar, em um contexto em que sua relevância e gravidade são minimizados. Em toda a sua descrição-explicação, a suspeita enfatiza as ações da vítima, por exemplo, “Me agarrando”; “Acho que ela estava de joelhos de alguma forma”; “Ela estava puxando para baixo a minha camiseta”. Uma descrição contendo suas próprias ações aparece apenas no final de seu turno de fala, depois de ela construir uma imagem na qual a vítima estava a atacando e o chute fora desferido como uma reação e em um espaço físico bastante restrito.

Assim, o uso de tal dispositivo defensivo sugere que a suspeita começa a perceber o que seria o objetivo da policial. À luz do que acontece no excerto 2, ela pode ver que a P1 não fizera perguntas neutras ou inocentes no excerto 1. A policial não está interessada na descrição por si só das roupas da suspeita; ela possui um objetivo oculto e este objetivo, apesar de não ser perfeitamente visível para a suspeita desde o início da interação, consiste em extrair informações que irão ajudá-la a construir uma inconsistência entre a versão oferecida pela suspeita e ‘o que realmente aconteceu’, ou seja, entre a imagem de um chute fraco ou não significativo e a de um chute muito mais potente, visto que a vítima fora levada ao hospital e fizera uma tomografia computadorizada para monitorar seus rins.

Construindo inconsistências

Como observado anteriormente, as perguntas feitas em entrevistas investigativas não são inocentes ou neutras. Os policiais não estão apenas buscando informações sobre um incidente que fora relatado e cuja investigação encontra-se em curso. Embora essas entrevistas sejam, sem dúvida, relevantes para a atividade policial, elas representam apenas uma fração do trabalho de investigação. Antes de se dirigirem à sala de entrevista,

os policiais responsáveis pelo caso, quase sempre, já coletaram outros tipos de prova, como imagens de câmera de circuito fechado e depoimentos da vítima e de testemunhas. Isso significa que, ao fazer perguntas a um suspeito, os policiais já podem ter formado impressões sobre 'o que realmente aconteceu' e, mais importante, poderão usar essas informações e essas impressões para contestar, investigar e testar o relato do suspeito.

O trecho a seguir também foi retirado da entrevista analisada anteriormente. Como mencionei, parte da estratégia defensiva da suspeita no caso consistia em alegar que o incidente havia começado acidentalmente. De acordo com a suspeita, ela estaria correndo para pegar o ônibus quando tropeçou e derramou um pouco de refrigerante sobre a suposta vítima, que então reagiu desproporcionalmente ao tentar acertá-la com um golpe. Em vez de simplesmente aceitar a versão inicial da suspeita, a policial seleciona determinados tópicos ou itens da narrativa oferecida a fim de investigá-los.

Excerto 3

- 1 P1: Certo eu gostaria ape-(.) apenas de voltar rapidamente pra essa
2 erm(.)essa garrafa que você estava carregando também.
3 (0.7) Apen- >você pode tentar se lembra-< descrever a garrafa
4 pra mim também. Você estava dizendo que era uma tampa de levantar,
5 (0.5)
6 S: Isso.
7 P1: Então era tipo uma garrafa de aperta:r ou algo do tipo=
8 S: =Isso.
9 (0.4)
10 P1: Okei .hh certamente se você estava tropeçando, (.) você tropeçou
11 em alguma coisa,(1.0)co- como o líquido sa- saiu da
12 garrafa?(.)Se era- se era uma garrafa(0.2)uma garrafa de apertar
13 com uma tampa de levantar.
14 (0.4)
15 S: Bem, ela estava(.)ela obviamente estava provavelmente levantada.
16 (0.4)
17 S: Provavelmente já estava levantada.
18 (1.3)
19 P1: >() o que eu lembro de uma garrafa de apertar<, você tem que
20 sugar as garrafas(0.5)pra deixar o líquido sair, você
21 tá me entendendo?
22 (2.2)
23 P2: Onde a gente quer chegar(.)é que(0.4) () quando você
24 tropeçou e a briga começou por causa di- desse incidente(0.2)
25 certo(0.2).hh se um pouquinho de suco saiu da garrafa por
26 acidente, então tudo bem, eu posso enten[der isso.
27 S: [°Sim°
28 P2: Mas nós vimos a blusa que ela estava vesti:ndo,[() e ela=
29 S: [Sim tudo bem
30 P2: =estava coberta disso, então eu consigo entender por que(0.2)
31 algo tenha começado

Como forma de testar e, eventualmente, comprometer a versão da suspeita, de que o incidente teve início acidentalmente, P1 começa a traçar, por meio de uma *linha de inquirição*, a inconsistência entre o relato da suspeita e ‘o que realmente aconteceu’. P1 elabora uma pergunta sobre o que parece ser um pequeno detalhe sobre o incidente, i.e. a garrafa que a suspeita carregava e que continha o líquido que supostamente fora derramado sobre a vítima. Deve-se atentar especialmente à forma como P1 desenha seu turno de fala. Inicialmente, ela faz uma pergunta que soa como um convite à suspeita para tentar lembrar e descrever o objeto – uma garrafa. Nesse contexto, a suspeita poderia, então, elaborar uma descrição de qualquer característica relacionada à garrafa, e.g. antiga ou nova, cheia ou vazia, pequena ou grande e assim por diante. Até esse ponto da interação, não era possível visualizar o objetivo de P1. No entanto, como mostrei na seção anterior, as perguntas feitas nas entrevistas investigativas são construídas de forma que os policiais indiquem progressivamente as partes do relato do suspeito que têm mais interesse em investigar, testar ou desafiar.

No caso do trecho acima, P1 começa a revelar seu objetivo na linha 4, quando ela formula como a suspeita havia caracterizado sua garrafa anteriormente (“Você estava dizendo que era uma tampa de levantar”). Ao adicionar esse componente a seu turno de fala, ela indica explicitamente qual característica ou parte do objeto será particularmente relevante para a entrevista. O turno é então projetado para buscar a confirmação, que P1 acaba obtendo na linha 6 (“Isso”). A confirmação fornece uma oportunidade para P1 exibir explicitamente uma inferência – que será fundamental para seu objetivo – ao mesmo tempo em que solicita a confirmação sobre esta mesma inferência. Desta vez, entretanto, P1 retrata a garrafa como uma “garrafa de apertar” (linha 7), uma caracterização que comunica mais claramente a ação produzida para liberar o líquido de dentro da garrafa: você precisaria apertar a garrafa, o que dificilmente seria feito acidentalmente.

A inconsistência começa a ser construída – ou pelo menos começa a ficar mais visível para a suspeita e, portanto, para o pesquisador – nas linhas 10-13, quando a policial justapõe informações para começar a “questionar” (no sentido cético e duvidoso) a versão da suspeita. P1 não diz explicitamente que havia uma inconsistência. Em vez disso, ela faz uma pergunta de forma que a inconsistência torna-se evidente. Por exemplo, ela poderia ter dito que, devido ao tipo de garrafa que a suspeita carregava, a única maneira de fazer o líquido sair seria espremendo o recipiente. No entanto, ela prefere formular seu turno de fala de maneira que essa inconsistência esteja incorporada à questão (linhas 11-13, “co- como o líquido sa- saiu da garrafa se era uma- se era uma garrafa de apertar uma garrafa de apertar com tampa de levantar”). Quando digo “torna-se evidente”, quero dizer que essa inferência, de que o relato da suspeita é incongruente com uma das provas materiais, torna-se visível para a suspeita que, na linha 15, fornece um detalhe “defensivo” (“obviamente estava provavelmente levantada”) que pode ajudar a explicar ou dissipar a discrepância. Portanto, nesse momento, a construção progressiva da inconsistência torna-se visível para o destinatário das perguntas, a saber, a suspeita. Em outras palavras, a policial constrói um quebra-cabeça e deixa-o sem solução, esperando que a suspeita apresente uma solução lógica, que neste caso será prejudicial a ela e à sua versão dos fatos.

O caráter prejudicial das informações da suspeita não estava claro no início dessa linha de inquirição. Nos excertos 1 e 2, não era evidente que, ao perguntar à suspeita sobre uma determinada peça de vestuário que ela usava no momento do incidente, a po-

licial tentava obter informações prejudiciais. O mesmo poderia ser dito sobre o excerto 3, no qual a pergunta faz referência à garrafa que a suspeita carregava quando o incidente aconteceu. O que torna a informação prejudicial é o fato de que ela é administrada de maneira a construir uma inconsistência com o que a suspeita havia declarado anteriormente ou com o que a policial está prestes a revelar em seguida. Por exemplo, nos excertos 2 e 3, o objetivo dos policiais é mostrar uma inconsistência entre a versão da suspeita e as provas coletadas, por exemplo, os depoimentos da vítima ou de testemunhas. Embora pudessem simplesmente ter desafiado diretamente o que a suspeita havia dito inicialmente, os policiais adotaram um método mais sutil e gradual, revelando progressivamente a inconsistência não apenas aos participantes imediatos, i.e. a suspeita e sua mãe, mas também para o registro oficial que pode ser usado no tribunal (cf. Komter, 2012).

O trecho a seguir pertence à mesma entrevista analisada acima. Embora os policiais já houvessem revelado algumas inconsistências entre os objetos usados no incidente e a versão inicial oferecida pela suspeita, eles continuam perseguindo incongruências, como se pode ver abaixo:

Excerto 4

1 P2: Certo(1.8)O que você fez primeiro com a Maureen, quando isso
2 aconteceu? >Você disse que ela se virou e empurrou você<
3 (0.2)
4 P2: Qual foi a primeira ação que você fez(0.2) em resposta,
5 (0.5)
6 S: Eu acho que(0.4) ela se virou e me empurrou. E ela veio pra cima.
7 Mas [eu-
8 P2: [Certo
9 (0.3)
10 S: .hh Eu nã- eu não sei como, mas eu só- eu tipo me afastei
11 dela,
12 (0.2)
13 P2: Ce[:rto
14 S: [E eu soquei ela ou dei um tapa nela,=
15 P2: =Certo [então vo- você
16 S: [Eu não consigo me lembrar.
17 (1.1)
18 P2: <Então você diz que você> socou ou deu um tapa, mas como estava
19 su- isso foi com a sua mão?
20 (0.5)
21 S: Sim=
22 P2: =Bem como era o formato da sua mão?
23 (0.5)
24 P2: quando você res[pondeu
25 S: [Eu não consigo me lembrar=
26 P2: =Certo.(0.8) Eu colocaria- então eu colocaria pra você (.) você
27 a socou bem forte porque ela ficou com o olho roxo instantaneamente.
28 Isso fechou o [olho direito dela.
29 S: [Mmm
30 (0.7)
31 P2: Nós temos fotografias disso, nós vimos i:sso,(0.2) isso foi
32 tirado pela escola(0.2) e a escola viu isso também
33 (0.3)
34 P2: Agora(0.2) p- pra alguém ter um belo de um hematoma (.) em
35 seu olho direito(0.2) isso não é um tapa, (0.2) é um soco.=
36 S: =Mmm
37 (.)
38 P2: >Então eu estou falando pra você, você socou ela.<

Novamente, não está claro desde o início do trecho acima qual seria o objetivo de P2, já que ele elabora sua pergunta sob um formato relativamente aberto e sem restrições (linhas 1-2, “O que você fez primeiro com a Maureen quando isso aconteceu?”). Em seguida, no entanto, P2 incrementa seu turno com uma formulação, usando o que fora

declarado pela suspeita em sua versão dos fatos (“Você disse que ela se virou e empurrou você”, linha 2). Não obtendo resposta da suspeita, ele reelabora sua pergunta, produzindo uma versão na qual declara explicitamente que a ação da suspeita fora, na verdade, uma reação (“em resposta”, linha 4). Na linha 14, a suspeita finalmente começa a revelar as informações que P2 parece procurar desde o início da interação. Mas ela o faz sinalizando dúvida, pois sua descrição é composta por duas ações alternativas (“Eu soquei ou dei um tapa nela”).

Até esse ponto na interação, suspeita e policiais parecem concordar que 1) a suspeita fez algo contra a vítima; 2) isso foi feito em resposta a algo que a vítima havia feito imediatamente antes. A disputa reside portanto no que exatamente foi feito pela suspeita. Qual exatamente foi a ação realizada por ela como uma resposta ao empurrão (note o uso que o policial faz de ‘você disse’ na linha 2 e ‘você diz’ na linha 18).

O que torna este trecho particularmente relevante é a forma como o policial elabora seus turnos de fala para desafiar a suspeita a partir de informações discrepantes e mostrar a inconsistência entre a versão dela e aquilo que ele sabe sobre o evento – e também o que qualquer pessoa sabe sobre os diferentes ferimentos causados por um soco ou um tapa no rosto. Em outras palavras, P2 gerenciou a sequência interacional de modo a confrontar e possivelmente enfraquecer a história da suspeita com informações incongruentes sobre o evento, ou seja, que a lesão sofrida pela suposta vítima parecia incomensurável com uma das duas ações possíveis que a suspeita alegou ter executado. Em vez de perguntar se S socou ou estapeou a suposta vítima, P2 pergunta sobre a forma de sua mão no momento da ação, enfatizando a palavra “como” (“como era o formato da sua mão?”, linha 22). Como “todo mundo sabe”, uma das características que diferencia um tapa de um soco é a forma da mão com que a pessoa executa cada uma dessas ações. Embora P2 pergunte sobre isso, ele não está realmente interessado nessa distinção em si. Esta não é uma questão inocente ou neutra. O que torna um soco diferente de um tapa, nesse contexto, é sua ferocidade e sua desproporcionalidade em relação à ação anterior – o empurrão. Os turnos de fala do policial são projetados para minar o relato da suspeita no qual ela afirma ter usado força razoável para se defender do ataque (imminente) da vítima.

Embora a suspeita faça uso de uma prática comunicativa para evitar a admissão do que ela havia feito à vítima (“Eu não consigo me lembrar”, linha 25), ela parece presa numa armadilha, como é revelado nas linhas 26-28 e 34-38. O policial faz uma alegação de conhecimento (“Eu colocaria para você...”, linha 26, e “Então eu estou falando pra você...”, linha 38) sobre a forma das mãos do suspeito, afirmando que ele havia visto fotografias, isto é, provas materiais, em que os olhos da suposta vítima estavam fechados e machucados (“olhos roxos”), o que sustenta a versão de que a suspeita havia desferido um soco na vítima. O que torna essa sequência uma espécie de “armadilha” é a combinação do *conhecimento em primeira mão* dos policiais sobre as consequências do evento – eles viram os olhos fechados da vítima em fotografias – e o *conhecimento de senso comum* em relação aos diferentes resultados de dar um soco ou um tapa no rosto de alguém. Um tapa no rosto dificilmente resultaria em um olho roxo e fechado instantaneamente. Nesse caso, o que está em disputa é se a resposta da suspeita à ação da vítima foi desproporcional ou não. O policial torna visível a inconsistência e, dessa forma, põe em dúvida ou até mesmo compromete a veracidade da versão da suspeita.

Os policiais não precisam dizer que havia uma inconsistência entre A e B para tornar isso visível para a suspeita e para o registro da entrevista, que pode ser usado posteri-

ormente no tribunal. A visibilidade da inconsistência depende de *práticas de raciocínio mundano* (Pollner, 1987), que começam com a suposição de que existe uma realidade objetiva disponível “lá fora”; isto é, ao questionar os suspeitos, os policiais fazem uma suposição fundamental de que todos têm acesso potencial à mesma realidade subjacente. Em todos esses trechos, como é geralmente o caso nos dados analisados, o objetivo do policial parece ser para construir progressivamente uma inconsistência entre a história da suspeita e as evidências coletadas anteriormente pela polícia. O mais importante, entretanto, é que em vez de afirmar explicitamente que há uma inconsistência, os policiais tornam gradualmente visível uma série de informações coletadas por eles em seus depoimentos, confiando em *práticas de raciocínio mundanas* e na justaposição de evidências incongruentes para exibir a inconsistência entre elas.

Conclusão

Iniciei o texto comentando sobre as mudanças no modelo de inquirição policial adotado na Inglaterra, desde a implementação do *PACE Act* de 1984 e do PEACE, em meados da década de 1990. Embora a literatura sobre interações entre policiais e suspeitos liste uma série de táticas frequentemente empregadas por policiais ao inquirir suspeitos, como a dissimulação e as acusações e abusos verbais (Sanders *et al.*, 2010), os dados analisados neste artigo sugerem que esse não é extamante o caso no atual sistema de justiça inglês. Na verdade, como procurei demonstrar anteriormente, no modelo de entrevista adotado pelas forças policiais na Inglaterra e no País de Gales, os oficiais não parecem estar buscando explicitamente uma confissão quando questionam os suspeitos. O foco principal das entrevistas investigativas é “obter o máximo de informação possível do suspeito, minimizando o risco dessa informação ser considerada inadmissível pelo Judiciário” (Sanders *et al.*, 2010: 306).

As mudanças na legislação sobre policiamento e inquirição de suspeitos criaram uma série de novos constrangimentos para policiais questionarem suspeitos, como por exemplo, a obrigatoriedade da gravação em áudio e/ou vídeo das entrevistas investigativas. No entanto, isso não eliminou o fato de que esses profissionais possuem um plano (por exemplo, estabelecer o quê de fato aconteceu e construir um caso para um possível processo judicial) e objetivos (por exemplo, testar, investigar e contestar o relato do suspeito e obter informações das quais se pode inferir a ‘inveracidade’ da história do suspeito) que os guia ao longo de toda a interação. A inquirição policial na Inglaterra parece envolver práticas ou etnométodos (Garfinkel, 1967) muito mais sutis e refinados do que as táticas frequentemente associadas a interrogatórios e que, por lei, são proibidas no sistema de justiça inglês.

Procurei mostrar também que objetivos como o de extrair informações prejudiciais do suspeito não são realizados de uma só vez; os policiais elaboram cuidadosa e progressivamente linhas de inquirição (Atkinson e Drew, 1979), partindo do que parecem ser perguntas inocentes e neutras, até exibirem gradualmente seu verdadeiro objetivo: projetar perguntas para revelar pontos fracos nos relatos dos suspeitos. Por seu turno, os suspeitos são frequentemente capazes de reconhecer que a relevância de uma questão particular depende de ela ser parte de uma linha de inquirição, e assim que o fazem, passam a tratar essas questões como algo mais do que investigações inocentes e desmotivadas (Atkinson e Drew, 1979: 141).

Quando empregadas, essas linhas de inquirição permitem ao policial exibir inconsistências entre o que o suspeito disse em sua narrativa principal ou relato inicial e as informações que são reveladas posteriormente pelo próprio suspeito ou pelos policiais, proveniente dos depoimentos da vítima ou de qualquer outra evidência previamente coletada. Ademais, em vez de declarar ou alegar uma inconsistência, os policiais confiam nas *práticas de raciocínio mundano* para exibir essa incongruência e torná-la visível para os participantes e para o registro escrito oficial. Nessas entrevistas, os policiais monitoraram a coerência e a consistência dos relatos dos suspeitos com base no conhecimento do senso comum das estruturas sociais (Komter, 2003; Sacks, 1992). E esses procedimentos de atribuição de sentido são essenciais para trazer à superfície da conversa as incongruências desses relatos e construir evidências para um potencial processo judicial.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – processo nº 000667/2014-05, e faz parte de pesquisa de doutorado realizada na Loughborough University. Agradeço à Paul Drew pelos comentários na versão mais antiga do texto, em inglês, publicada como capítulo de tese. Meus agradecimentos também à Rui Sousa-Silva, Malcolm Coulthard e aos(as) dois(duas) pareceristas anônimos(as) pelas sugestões e pela revisão acurada da versão traduzida do texto.

Notas

¹Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/rj-tem-uma-denuncia-de-tortura-em-detidos-por-crimes-a-cada-18-horas.ghtml>. Acesso em 20 de out. de 2019

²Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/como-a-policia-de-londres-esta-usando-a-ciencia-para-interrogar-suspeitos-de-crimes.ghtml>. Acesso em 20 de out. De 2019.

³Uso o termo acusatório no sentido de indicar ou sugerir que a pessoa que faz as perguntas pressupõe que a pessoa que responde é culpada do delito investigado. Não confundir com a tipologia jurídica usada para qualificar os sistemas de justiça em acusatório e inquisitorial, e que diz respeito ao papel do juiz e do tribunal na investigação dos fatos.

⁴No inglês, PEACE refere-se às fases das entrevistas investigativas, quais sejam: *planning and preparation; engage and explain; account, clarify and challenge; closure; evaluation*.

⁵Tradução própria. No original: “investigative rather than accusatory: officers are warned against assuming the suspect’s guilt and are encouraged to investigate with an open mind.”

⁶No caso de crimes menores, de competência das Magistrates Courts, a decisão sobre denunciar ou não o suspeito é da própria polícia, não dependendo de manifestação da promotoria (Crown Prosecution Service – CPS), como me explicou um inspetor de polícia em uma de minhas visitas à delegacia.

⁷Na cultura jurídica inglesa (Ashworth e Horder, 2013), o delito é dividido em dois componentes analíticos: o aspecto externo da conduta (*actus reus*) e o elemento subjetivo (*mens rea*).

Referências

- Ashworth, A. e Horder, J. (2013). *Principles of criminal law*. Oxford: Oxford University Press, 7th ed.
- Atkinson, J. M. e Drew, P. (1979). *Order in Court: Verbal Interactions in Judicial Settings*. London: Macmillan.
- Carter, E. (2011). *Analysing Police Interviews: Laughter, Confessions and the Tape*. London: Continuum.

- David, G. C., Rawls, A. W. e Trainum, J. (2018). Playing the Interrogation Game: Rapport, Coercion, and Confessions in Police Interrogations. *Symbolic Interaction*, 41, 3–24.
- Dixon, D. (2010). Questioning Suspects: A Comparative Perspective. *Journal of Contemporary Criminal Justice*, 26(4), 426–440.
- Drew, P. (1992). Contested Evidence in Courtroom Cross-Examination: The Case of a Trial for Rape. In P. Drew e J. Heritage, Orgs., *Talk at Work*. Camb: Cambridge University Press, 470–520.
- Drew, P. (2005). Conversation analysis. In K. Fitch e R. Sanders, Orgs., *Handbook of Language and Social Interaction*. New Jersey: Lawrence Erlbaum, 71–102.
- Drew, P. (2013). Turn Design. In J. Sidnell e T. Stivers, Orgs., *The Handbook of Conversation Analysis*. Malden: Wiley-Blackwell, 131–149.
- Edwards, D. e Stokoe, E. (2011). “You Don’t Have to Answer”: Lawyers’ Contributions in Police Interrogations of Suspects. *Research on Language & Social Interaction*, 44(1), 21–43.
- Feld, B. C. (2006). Police Interrogation of Juveniles: an empirical study of policy and practice. *The Journal of Criminal Law and Criminology*, 97(1), 219–316.
- Ferraz de Almeida, F. (2018). *Police interviews with suspects in police stations in England*. , Loughborough University.
- Garfinkel, H. (1967). *Studies in Ethnomethodology*. Oxford: Poilty Press.
- Griffiths, A. e Milne, R. (2006). Will it all end in tiers? Police interviews with suspects in Britain. In *Investigative Interviewing: Rights, Research and Regulation*. Willan, 167–189.
- Jefferson, G. (2004). Glossary of transcript symbols with an introduction. In G. H. Lerner, Org., *Conversation Analysis: Studies from the First Generation*. Amsterdam: John Benjamins, 13–31.
- Komter, M. L. (2003). The Interactional Dynamics of Eliciting a Confession in a Dutch Police Interrogation. *Research on Language and Social Interaction*, 36(4), 433–470.
- Komter, M. L. (2012). The career of a suspect’s statement: Talk, text, context. *Discourse Studies*, 14(6), 731–752.
- Komter, M. L. (2019). *The Suspect’s Statement: Talk and Text in the Criminal Process*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Leo, R. A. (2008). *Police Interrogation in American Justice*. Cambridge: Harvard University Press.
- Matoesian, G. M. (2001). *Law and the Language of Identity: Discourse in the William Kennedy Smith Rape Trial*. Oxford, UK: Oxford University Press.
- Maynard, D. W. (1984). *Inside Plea Bargaining: the language of negotiation*. New York: Plenum.
- Pollner, M. (1987). *Mundane Reason: Reality in Everyday Life and Sociological Discourse*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Sacks, H. (1992). *Lectures on Conversation*. Oxford: Blackwell.
- Sanders, A., Young, R. e Burton, M. (2010). *Criminal Justice*. Oxford: Oxford University Press, 4th ed.
- Schegloff, E. A. (2007). *Sequence organization in interaction: A primer in conversation analysis*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Shuy, R. W. (1998). *The Language of Confession, Interrogation, and Deception*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Stokoe, E. e Edwards, D. (2008). ‘Did you have permission to smash your neighbour’s door?’ Silly questions and their answers in police-suspect interrogations. *Discourse Studies*, 10(1), 89–111.

Anexo A

P:/S:/A:	Falantes (P: = policial; S: = suspeito; A: = advogado)
° °	Conversa produzida quietamente
sublinhado	Sublinhado é usado para destacar palavras ou sílabas as quais são dadas alguma ênfase
CAPS	Letras maiúsculas marcam palavras ou partes de palavras faladas em alto volume
s:::	Som esticado ou prolongado; quanto mais dois-pontos, mais longo é o som
.hhh	Inspirar (mais .hhhh para indicar inspirações mais longas)
[]	Conversa produzida em sobreposição, i.e. quando mais de um falante está falando
(palavra)	Parênteses indicam dúvida do transcritor
inte-	Som ou palavra interrompida
(0.6)	Silêncio em segundos
(.)	Silêncio mais curto que dois décimos de segundo
> <	Marca a fala produzida mais rapidamente

Anexo B

Extract 1

- 1 P1: °Okay° .hh can you uhm (.) >just tell me as well in your
2 own words< what you were wearing that day when
3 you were walking home,
4 S: I was [wearing-
5 P1: [From top to bottom, >what you were wearing
6 on your feet as well<
7 (0.8)
8 S: I was wearing a bandana(1.2) a skirt, a top and a skirt-
9 yeah (.) a skirt (.) a top and winkle ↓pickers.
10 (3.0) (note-taking sound)
11 P1: Okay. How- are they boots, you're saying winkle pickers yeah=
12 S: =()they were (.) shoes like (.) open ↓shoes.
13 (0.6)
14 S: That one's pointed=
15 P1: =So they were pointed shoes, yeah?
16 S: Yeah.
17 (1.4)
18 P1: °Okay then°
19 (5.6) (note-taking sound)
20 Okay.
21 Do you at any time remember(0.3) erm (.) <kicking Maureen?

Extract 2

22 S: Yes I do.
23 (0.3)
24 P1: >Whereabouts did you kick her?<
25 (0.2)
26 S: I've no idea.
27 (0.6)
28 P1: Did you kick her in the stomach, in the chest, in the back,
29 (0.2)
30 S: I have no idea because she was- she was (.) grabbing
31 onto me and I was down,.hh and- and sh- she was kind- I think
32 she was either kneeling down in some way (.) and she was like
33 pullin- pulling down my top,(0.2) .hh she was like
34 pulling me tugging at me (.) .hh and I just remember kicking her-
35 I don't(0.2) exactly remember where, because she was like(0.5)
36 crouched so [I don't know.
37 P1: [Okay.hh from the injuries that we've seen on Mauree:n,
38 (0.5)
39 P1: >you do know-you do remember that she was remanded in hospital
40 overnight [don't you.
41 S: [(°yeah°)=
42 P1: =Okay .hh the reason why Maureen was in hospital was because
43 she received a severe kicking(.)on her back, hhh which caused ehm
44 (.) some (.) damage to her kidneys and at the time of the assault,
45 she actually wet herself(0.6) and actually that indicates- I mean
46 >I'm not a medical expert or anything< but that indicates that
47 she received a severe kicking in the back.(0.5).hh damage to her
48 kidneys and for the hospital to remand her overnight (0.5) for
49 observations, and she also had ehm(0.3) a CCT scan
50 (0.4) to monitor her kidneys.(0.6) so so obviously she must
51 have got quite a g- a good kicking in the back=

Extract 3

1 P1: Right I just wanna jus-(.) just to quickly to go back to this
2 erm (.) this bottle that you were carrying as well.
3 (0.7) Jus- >can you try and remember-< describe the bottle
4 to me as well. You were saying it was a pull up top,
5 (0.5)
6 S: Yeah.
7 P1: So was it like a squee:zy bottle of something=
8 S: =Yeah.
9 (0.4)
10 P1: Okay .hh surely if you were tripping, (.) you tripped
11 over something, (1.0) ho- how did the liquid go ou- com'out of the
12 bottle?(.)If it was- if it was a squeezy(0.2) a squeezy bottle
13 with a pull up top.
14 (0.4)
15 S: Well, it was (.) it was obviously probably pulled up.
16 (0.4)
17 S: It was probably already up.
18 (1.3)
19 P1: >() what I remember from a squeezy bottle<, you have
20 to suck on the bottles(0.5) to let the fluid out, d'ya
21 know what I mean?
22 (2.2)
23 P2: What we're getting at (.) is that(0.4) () when you
24 tripped and the fight started because of tha- that incident(0.2)
25 right(0.2).hh if a little bit of juice came out of the bottle by
26 accident, then yeah, I can underst[and that.
27 S: [°Yeah°
28 P2: But we've seen the top she was wea:ring, [() and it's=
29 S: [Yeah alright
30 P2: =covered in it, so I can understand why(0.2)
31 something's kicked off.

Extract 4

- 1 P2: Right(1.8) What have you fir:st done to Maureen, when that's
2 happened? >You said she's turned round and pushed ya<
3 (0.2)
4 P2: What's the first action you've done(0.2) in response,
5 (0.5)
6 S: I think(0.4) she turned round an' pushed me. And she swung at me.
7 But [I-
8 P2: [Right
9 (0.3)
10 S: .hh I d- I don't know how, but I ju- I kind of like stepped back
11 from her,
12 (0.2)
13 P2: Ri[:ght
14 S: [And I either punched her or slapped her,=
15 P2: =Right [so yo- you
16 S: [I can't remember.
17 (1.1)
18 P2: <So you say you> punched or slapped, but how was
19 you- was that with your hand?
20 (0.5)
21 S: Yeah=
22 P2: =Well how was your hand shaped?
23 (0.5)
24 P2: when you res[ponded
25 S: [I can't remember=
26 P2: =Right.(0.8) I would- then I would put to you (.) you've
27 punched her quite hard because she's had an instant black eye.
28 That's closed her [right eye.
29 S: [Mhmm
30 (0.7)
31 P2: We've got photographs of that, we've seen tha:t,(0.2) that's
32 been taken by the school(0.2) and the school hav'seen this as well
33 (0.3)
34 P2: Now(0.2) f- for someone to get a real good smacking bruise (.) on
35 their right eye(0.2) is not a slap,(0.2) it's a punch.=
36 S: =Mhm
37 (.)
38 P2: >So I'm saying to you, you punched her.<